

Perfil das equipes de assistência estudantil nas universidades federais do Brasil no atendimento à saúde mental dos estudantes

Student Assistance Team profile providing mental health support services to students at federal universities in Brazil

Cynthia Menda ¹

Larissa Taís Seibt ²

Luis Eduardo Wearick da Silva ³

Christian Haag Kristensen ⁴

Resumo: O presente trabalho é uma pesquisa pioneira na área de assistência estudantil e objetiva conhecer o perfil das equipes, os serviços oferecidos aos estudantes, as condições de trabalho e as necessidades de capacitação das universidades federais brasileiras em relação ao atendimento da saúde mental. Mais recentemente, a saúde mental de universitários tem chamado atenção das pesquisas, mas são poucos os achados que focam as possibilidades de capacitação ou avaliação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente à saúde mental nas universidades. O instrumento utilizado foi um questionário do tipo *survey*, e a amostra contemplou as equipes de assistência estudantil de 65 universidades federais, com 215 participantes. Participaram profissionais da Assistência Social, Pedagogia e Psicologia. De acordo com o nosso modelo de regressão logística, os resultados apontam que ter recebido cursos de capacitação referentes à assistência estudantil quase dobrou a chance (OR = 1.989) de se declarar apto para o trabalho, ainda que a oferta de cursos específicos seja mínima e a maioria deles seja de temas transversais ao trabalho. Adicionalmente, os resultados mostram a complexidade do trabalho das equipes de assistência estudantil e suas diferenças regionais e institucionais, assim como a necessidade de implantação de políticas de qualificação profissional para a qualidade dos serviços oferecidos aos estudantes universitários.

Palavras-chave: assistência estudantil; serviços de saúde universitários; capacitação profissional.

Abstract: The present work is a pioneering research in the area of Student Assistance that aims to know the profile of the teams, services offered to students, working conditions and training needs of Brazilian Federal Universities in relation to mental health care. More recently, the mental health of university students has drawn the attention of research, but there are few findings that focus on possibilities for training or evaluating and developing public policies specifically focused on mental health in Universities. The instrument used was a survey-type questionnaire and the sample included student assistance teams from 65 Federal Universities, with 215 participants. Professionals from social assistance, pedagogy and psychology participated. According to our logistic regression model, the results show that having received training courses related to student assistance almost doubled the chance (OR = 1,989) of being able to work, even though the offer of specific courses is minimal and most of them are cross-cutting themes to the work. Additionally, the results show the complexity of the work of student assistance teams and their regional and institutional differences, as well as the need to implement professional qualification policies for the quality of services offered to university students.

Keywords: student assistance; student health services; professional training.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul
Porto Alegre | RS | Brasil.

Contato: cynthiamenda@furg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1642-7979>

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul
Porto Alegre | RS | Brasil.

Contato: larissa.seibt@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1148-0391>

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre | RS | Brasil.

Contato: luis.wearick@pucrs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8028-495X>

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre | RS | Brasil.

Contato: christian.kristensen@pucrs.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8273-2146>

Recebido em: 01/11/2022

Revisado em: 16/12/2022

Aprovado em: 19/12/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772022000300011>

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

1 Introdução

Esta pesquisa iniciou da experiência profissional de uma das integrantes do grupo na assistência estudantil de uma universidade federal. Os desafios diante das demandas de saúde mental, cada vez mais presentes no cotidiano dos estudantes universitários, as inúmeras situações de intervenção em crise, individuais ou coletivas vivenciadas, a falta de protocolos institucionais para essas situações e o entendimento de que faltavam capacitações adequadas para toda a equipe que trabalha diretamente com essa demanda foram fundamentais para iniciar a busca pelos temas e o aprofundamento dessas questões.

No Brasil, a assistência estudantil começou na década de 1930, com programas de alimentação e moradia estudantil no governo de Getúlio Vargas. Na década de 1970, surgiu o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Esse departamento cuidava de programas de alimentação, moradia, assistência médica-odontológica e bolsas de trabalho, respaldados pela Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (BRASIL, 1971), que colocava como obrigatório o serviço de assistência educacional (assim nomeado na época) em todos os níveis de ensino. No final dos anos 1980, o DAE foi extinto e as ações de assistência ficaram a cargo de cada instituição de ensino, o que comprometeu sua efetividade enquanto política pública (IMPERATORI, 2017). Em 1987, houve um novo marco na política de assistência estudantil, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que se propôs a discutir, elaborar e apresentar ao MEC a Política de Promoção e Apoio ao Estudante (COSTA, 2019).

Depois dessa iniciativa, houve aproximadamente 20 anos de estagnação nas políticas públicas de assistência estudantil voltadas ao Ensino Superior. Somente em 2007, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa n. 39/2007 (BRASIL, 2007), direcionado para estudantes de cursos presenciais de primeira graduação das instituições de Ensino Superior federais (IES). A implementação começou em 2008, com o objetivo principal de reduzir a evasão dos estudantes – tema discutido desde o início dos anos 2000 nos encontros nacionais de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis (FONAPRACE) e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Em 2010, é instituído o Decreto n. 7.234, que normatiza as ações da assistência estudantil nas IES (BRASIL, 2010). Como ações

de assistência estudantil, são referidas as seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

A consolidação do PNAES como verba federal direcionada para assistência estudantil proporcionou a ocorrência de concursos públicos para contratação de profissionais a partir de 2008. Primeiramente, as vagas foram para assistentes sociais, com o objetivo de facilitar e controlar a distribuição das verbas públicas, garantindo o acesso dos estudantes mais vulneráveis economicamente. Entretanto, houve a percepção de que somente o acesso não garantia a permanência do estudante, pois as instituições não estavam preparadas para enfrentar os desníveis sociais de seus alunos e necessitavam estimular uma formação geral mais ampla (SILVEIRA, 2012). Dessa forma, houve a necessidade de ampliação da equipe, que passou a contar com pedagogos e psicólogos técnico-administrativos em educação.

A existência de uma diretriz geral recente (PNAES) para todas as universidades federais, sem a normatização do tipo de serviço oferecido e das equipes que fariam parte dela, e a possibilidade de cada universidade determinar em que áreas iria investir construíram equipes de assistência estudantil muito distintas de uma instituição para outra. Isso ocorreu tanto com relação à quantidade de pessoas trabalhando nas equipes e às diferentes interpretações sobre o papel a ser desempenhado por elas ou as especialidades que as compõem (pedagogo, assistente social, psicólogo, nutricionista, intérprete de Libras e outros) quanto aos projetos que são desenvolvidos e às definições de atribuições para cada servidor. A ordem de prioridades comumente atendidas pelas IES é alimentação, transporte, moradia estudantil e apoio pedagógico. As demais áreas são atendidas de acordo com as demandas e verbas disponibilizadas para cada instituição, incluindo as questões de saúde mental (RECKTENVALD; MATTEI; PEREIRA, 2018).

O atendimento às questões de saúde mental dos estudantes universitários é um tema cada vez mais recorrente no mundo, sendo apontado como um importante problema de saúde pública a ser considerado (AMERICAN COLLEGE HEALTH, 2018; PENHA; OLIVEIRA; MENDES, 2020). O sofrimento psíquico entre estudantes universitários está associado a vários fatores, como: pressão acadêmica, habilidades de enfrentamento, economia e comunicação social (PINTO *et al.*, 2016; AMERICAN COLLEGE HEALTH, 2018; LI *et al.*, 2020). O planejamento de estratégias de prevenção e ações remediativas é premente, considerando a vulnerabilidade dessa população (LEÃO *et al.*, 2018; GOMES *et al.*, 2020;

PENHA; OLIVEIRA; MENDES, 2020). Conforme os dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, realizada no ano de 2018, em 63 universidades federais, com 424.128 mil estudantes de graduação, foi constatado, nas perguntas referentes aos serviços da assistência estudantil, que 30% dos estudantes acessam o serviço e apenas 3% destes utilizam o serviço psicológico. Sobre as dificuldades emocionais, 83,5% afirmam ter problemas nessa área, sendo que 63,6% relatam ansiedade e 45,6% desânimo ou desmotivação. Ter ideias sobre a própria morte afeta 10,8% da população-alvo; já o pensamento suicida acomete 8,5% dos estudantes da pesquisa. Complementando, quando perguntados sobre fatores que impactam o desempenho acadêmico, 23,7% se referem a problemas emocionais, 16% à adaptação a novas situações, 28,4% à falta de disciplina/hábito de estudo, e 13,8% a problemas de relacionamento social/interpessoal (FONAPRACE, 2019).

No que diz respeito às dificuldades para o atendimento das questões emocionais dos estudantes universitários, são apontados os seguintes fatores: sistema de saúde deficiente; ausência de um programa de capacitação dos técnicos quanto aos mecanismos de consecução dos objetivos da política; poucas ações para promoção e prevenção em saúde; baixa percepção acerca da necessidade da mudança de atuação no serviço por parte dos gestores; ausência de mecanismos de avaliação da política e de metas explícitas a serem cumpridas; e falta de integração dos serviços à rede municipal pública de saúde (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016). Ressalta-se que a forma como hoje é realizada a seleção para a entrada nos cursos de graduação das universidades federais, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) das IES públicas, traz um novo perfil de estudantes que saem de suas cidades de origem para estudar, perdendo sua rede de apoio. Nesse contexto, o estudante requer mais atenção da assistência estudantil, não somente devido à situação socioeconômica, mas também aos aspectos emocionais de distanciamento familiar, de choque cultural e de desafios eventuais de problemas de saúde física que acabam refletindo o desempenho e a permanência na universidade (RECKTENVALD; MATTEI; PEREIRA, 2018).

Nessa perspectiva de crescente demanda na atenção à saúde mental dos estudantes universitários, a capacitação profissional da equipe de assistência estudantil se torna um aspecto central. Espera-se do profissional envolvido na atenção estudantil um conjunto de habilidades e competências, a saber: estar focado no aqui e agora; avaliar rapidamente o problema e os recursos do cliente; sugerir metas e métodos alternativos de enfrentamento; desenvolver uma aliança de trabalho; e aproveitar os pontos fortes do estudante (ROBERTS;

OTTENS, 2005). No Brasil, especificamente nos serviços disponibilizados pelas universidades federais, há poucas informações atualizadas disponíveis sobre o perfil dos profissionais que trabalham na área de assistência estudantil, bem como a descrição das atividades desenvolvidas e da capacitação desses servidores. A maioria dos levantamentos é local ou regional.

O objetivo desta pesquisa de levantamento do tipo *survey* é conhecer o perfil profissional, as atividades relacionadas ao atendimento dos estudantes universitários, as condições de trabalho e as necessidades de capacitação das equipes multiprofissionais lotadas na assistência estudantil das universidades federais.

2 Método

2.1 Participantes

Foi selecionada uma amostra não probabilística, intencional e representativa, tendo em vista que responderam ao instrumento os(as) psicólogos(as), assistentes sociais e pedagogos(as) que estavam atuando junto aos estudantes universitários nas pró-reitorias de assuntos estudantis e/ou comunitárias das 65 universidades federais brasileiras. Foram totalizados 215 participantes, sendo que os questionários não respondidos integralmente foram descartados da amostra.

2.2 Procedimentos de coleta de dados e instrumento

Os dados do questionário tipo *survey* foram enviados por meio da plataforma Qualtrics para todas as pró-reitorias de assuntos/assistência estudantil e/ou comunitária das 69 universidades federais do Brasil, pelo endereço institucional do FONAPRACE; também houve divulgação nas redes sociais e em grupos temáticos de servidores da assistência estudantil.

O instrumento tinha 28 questões que foram inicialmente elaboradas por uma pesquisadora (CCM), a partir de sua experiência profissional na área da assistência estudantil, abrangendo quatro partes: perfil dos participantes, atendimento aos estudantes, condições de trabalho e levantamento das necessidades de capacitação.

O questionário passou por um processo de validação de conteúdo, sendo constituído de três fases: avaliação de três *experts* (uma pedagoga que exerce a função de pró-reitora de assuntos estudantis, uma psicóloga de um serviço de atendimento psicossocial em uma universidade comunitária e um psicólogo de uma universidade federal); supervisão com um

professor da área de Psicometria; e três grupos focais, divididos por profissão – assistentes sociais, pedagogas(os) e psicólogas(os). Os participantes dos grupos focais foram profissionais de institutos federais que possuem um contexto de trabalho semelhante às universidades e a um serviço de atendimento psicossocial de uma universidade comunitária. Os grupos tiveram a duração de uma hora e meia, com a presença de observadoras e com o objetivo de discutir a compreensão de cada questão. A partir da avaliação dos *experts* e dos grupos focais, foi sugerido ampliar as questões referentes às condições de trabalho, refazer a consigna de algumas questões que não ficaram claras e rever alguns termos específicos de cada profissão para uso adequado no instrumento. As alterações foram pontuais, sendo que, no geral, os avaliadores consideraram o instrumento apropriado e com grande possibilidade de atingir os objetivos propostos. O questionário está disponível na íntegra como material suplementar. No final do processo, o questionário totalizou 32 questões.

2.3 Aspectos éticos

Todos os participantes foram apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e somente puderam participar da pesquisa aqueles que assinaram o TCLE. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade executora da pesquisa e aprovado na Plataforma Brasil sob o número de Parecer n. 4.509.796.

2.4 Análise dos dados

Os dados do questionário *on-line* foram analisados pelo *software* de estatística SPSS. A distribuição das variáveis foi descrita como frequência e proporção para as variáveis categóricas ou média e desvio padrão para as variáveis numéricas. Para todas as análises, foram adotados os valores de $\alpha = 0,05$ e de $\beta = 0,20$. Para a análise de regressão logística, foi considerado como variável dependente o autorrelato de aptidão ou não aptidão para as atividades relativas à assistência estudantil, listadas no questionário, e as seguintes variáveis preditoras foram incluídas no modelo: tempo no serviço, espaço físico, pós-graduação, qualificação e capacitação. O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$.

Foram realizadas análises adicionais, separando por profissão e/ou região do Brasil, quando entendido que os resultados poderiam ser significativos e divergentes da média geral. Essas análises foram descritas, quando relevantes, nos resultados.

3 Resultados e discussão

Foram obtidas respostas de 215 profissionais que atuam em equipes de assistência estudantil, em 65 universidades federais (representando 94,2% das 69 universidades federais brasileiras), na seguinte distribuição macrorregional: Sul (100%), Sudeste (100%), Centro-Oeste (100%); Nordeste (90%); e Norte (81,8%), conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Taxa de cobertura das universidades federais por região



Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dados foram divididos em três categorias para facilitar a compreensão e abrangência dos resultados, sendo eles: perfil profissional, serviços de assistência estudantil e situações de crise e capacitação profissional.

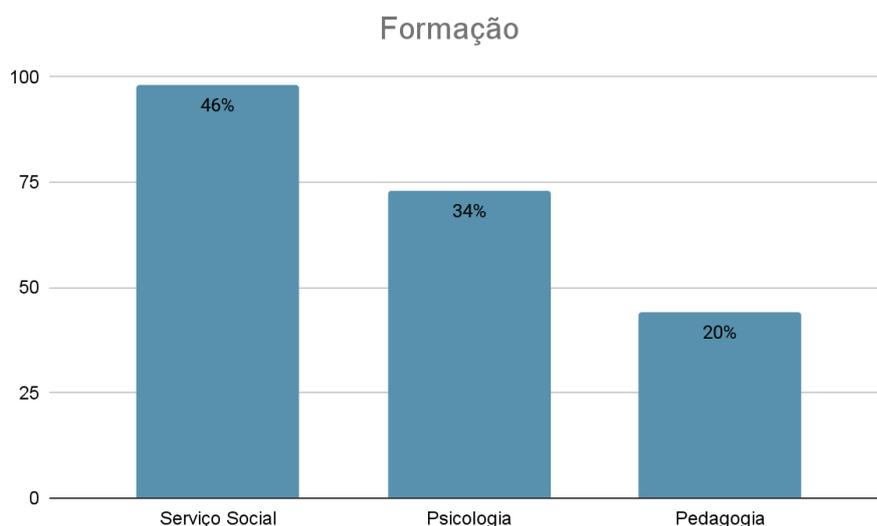
3.1 Perfil profissional

Referente ao perfil profissional dos respondentes, os dados obtidos mostram que: 13,5% dos profissionais já trabalharam em outra universidade, enquanto 25,6% atuam ou já atuaram em outro setor além da assistência estudantil, sendo alguns dos setores mais comuns a docência (14,55%), a gestão de pessoas/recursos humanos (14,55%) e o hospital universitário (12,73%). Quanto ao tempo de serviço, a maioria dos participantes atua na assistência estudantil entre 4 e 10 anos (53,5%), e apenas 3,7% atuam há menos de um ano. Ainda, é importante ressaltar que a região Nordeste possui o maior número de respondentes que atuam entre o período de 4 e 10 anos (68,9%), e a sua amostra não conta com profissionais que estejam atuando há menos de 1 ano. Essa concentração de profissionais

entre 4 e 10 anos coincide com a época em que houve mais concursos públicos nessas áreas no Brasil.

Com relação à formação profissional no nível de graduação, os participantes eram 46% assistentes sociais, 34% psicólogos e 20% pedagogos (Figura 2). Todos eles têm algum nível de pós-graduação, sendo que 69,3% possuem cursos de especialização, 60% possuem curso de mestrado e 14,41%, curso de doutorado. Os profissionais atribuíram seu aprendizado de procedimentos realizados na assistência estudantil, de maneira geral, ao estudo mediante pesquisas e artigos (74,4%), à tutoria e mentoria exercida por outros colegas no serviço (73%) e a reuniões frequentadas sobre o tema (70,7%).

Figura 2 - Formação



Fonte: Elaborada pelos autores.

Observando-se o fato de que a amostra é constituída, em maior porcentagem, de profissionais da Assistência Social, ressalta-se que esta profissão foi a primeira a integrar as equipes de assistência estudantil, a fim de gerenciar a distribuição das verbas públicas. Imperatori (2017) disserta que a trajetória da assistência social e a da assistência estudantil estão interligadas e traçam um paralelo. Logo, também é possível evidenciar que as equipes devem incluir obrigatoriamente assistentes sociais, diferentemente de outras profissões, para gerenciamento adequado das verbas disponibilizadas pelo governo e distribuídas a partir dos estudos socioeconômicos realizados especificamente por esses profissionais.

A maioria dos participantes divide suas atividades e percepções, além das avaliações, com os colegas de outras profissões da sua equipe de trabalho (80,5%), enquanto um menor percentual relata não dividir esses fatores com nenhum outro profissional, pois é o único técnico da sua área naquela universidade (3,3%). Além disso, alguns participantes indicaram dividir suas atividades e percepções apenas com colegas da mesma profissão dentro da equipe (16,3%). Somente 4,5% dos profissionais de Pedagogia, 29,6% do Serviço Social e 5,5% de Psicologia compartilham apenas com os colegas da mesma profissão. Por outro lado, ao passo que 90,9% dos pedagogos compartilham as suas atividades e percepções com colegas de outras profissões, apenas 69,3% dos assistentes sociais assinalaram esta opção.

Esses dados corroboram com os achados de Bisinoto e Marinho-Araujo (2015), em pesquisa a respeito da psicologia escolar no Ensino Superior, que destacam o fato de que 73% dos profissionais da assistência estudantil atuam em equipes. Ainda, Dias (2020) ao descrever o trabalho interdisciplinar e multiprofissional da equipe de assistência estudantil, refere-se à importância da interlocução entre os profissionais para melhor atendimento dos estudantes.

A respeito das reuniões de equipe, o agendamento de reuniões de equipe multiprofissional acontece, quando as demandas exigem, para 49,3%, enquanto 7,9% realizam reuniões somente com os próprios pares (da mesma profissão). Em destaque, na região Centro-Oeste, 50% das respostas apontam que a equipe agenda reuniões multiprofissionais regularmente; já 27,3% agendam essas reuniões apenas de acordo com a demanda. Por outro lado, na região Norte, 58,1% agendam as reuniões de equipe multiprofissional de acordo com a demanda, e apenas 16,1% afirmam ter reuniões com a equipe multiprofissional regularmente.

3.2 Serviços da assistência estudantil

Quanto aos serviços oferecidos pelos setores de assistência estudantil que responderam aos questionários: 69,3% realizam triagens (entendidos como primeiro atendimento para avaliação de demanda), 96,7% fazem atendimentos individuais, 77,2% realizam atendimentos em grupo e 95,3% fazem encaminhamentos para outros serviços. Os encaminhamentos mais comuns são para outros profissionais da própria equipe (81,9%), para a rede SUS e SUAS (75,9%) e para outros setores da universidade (67,4%).

No que diz respeito ao espaço físico, quase metade da amostra (45,1%) considera que ele não é adequado para o desenvolvimento das suas atividades. Assim, 31,1% responderam que não há privacidade e/ou isolamento acústico, 30% que o espaço é pequeno para a

demanda atendida, 25,5% que não há sala para atendimento individual dos estudantes, e 13,3% que não há sala para atendimento de grupo. Nesse caso específico, os profissionais das universidades da região Centro-Oeste consideram ter o espaço físico mais adequado (72,7%), e os da região Norte consideram menos adequado (61,3%). Essa é uma questão fundamental a ser trabalhada com a gestão pública, garantindo o acesso ao serviço com qualidade nos atendimentos.

Com relação ao tipo de atividades realizado no serviço, apenas 1,4% dos participantes trabalham somente na perspectiva remediativa, sendo que as atividades preventivas mais citadas são: apresentação dos serviços oferecidos pela assistência estudantil para a comunidade acadêmica (81,3%); acolhida no período de matrículas (67%); e acolhida nas primeiras semanas de aula (67%). Importante ressaltar que 58,7% realizam grupos de encontro (com temas do interesse dos estudantes, sem uma perspectiva de tratamento) e 52,6% realizam oficinas. O fato de a maioria das universidades ter ações preventivas desenvolvidas é um fator a ser ressaltado, pois o planejamento de estratégias de prevenção e ações remediativas é premente, considerando a vulnerabilidade emocional dos estudantes universitários (LEÃO *et al.*, 2018; GOMES *et al.*, 2020).

No que toca ao número de triagens/atendimentos realizado por mês para cada profissional, há uma amplitude nos resultados, desde menos de 10 (8,3%) até mais de 120 atendimentos (3,8%) mensais. A maior concentração é de 10 a 30 (40,4%) e de 31 a 60 atendimentos (20,4%). Os dados encontrados, juntamente com os comentários dos participantes, demonstram que 8,9% não têm registro dos atendimentos realizados e que o número de atendimentos varia ao longo do ano. Complementando, os participantes referem que a maior procura por atendimentos ocorre no início do semestre (45,1%), seguida do final do semestre (21,4%), e, para apenas 4,7%, quando acontece alguma situação de crise na universidade.

Quando perguntados quais são os motivos assistenciais, pedagógicos e psicológicos que levam esses participantes à procura do serviço – sendo as respostas marcadas por ordem de frequência –, os três motivos mais elencados do total de respondentes foram:

Tabela 1 - Demandas do atendimento na assistência estudantil

Motivos assistenciais	
Dificuldades financeiras	84,6%
Violência física e/ou psicológica	64,4%
Questões relativas à permanência estudantil	46,9%
Motivos pedagógicos	
Adaptação ao ambiente acadêmico	67,9%
Necessidades educativas específicas	54,4%
Problemas de aprendizagem	52,2%
Motivos psicológicos	
Ansiedade	57,6%
Risco de suicídio	48,8%
Problemas de relacionamento e/ou afetivos	45,1%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Esses achados são fundamentais para a implantação de ações preventivas e/ou remediativas nessas questões, além do levantamento da necessidade de qualificação profissional para atender a essas demandas.

3.3 Situações de crise e capacitação profissional

Uma parcela dos profissionais entrevistados revelou não conhecer (37,2%) ou obter poucas informações (40%) sobre as opções de protocolos de intervenção em crise, enquanto uma menor porção desse grupo (14%) afirmou ter aplicado protocolos como o de primeiros socorros psicológicos em suas atividades profissionais. Quando indagada a opinião individual acerca da importância do conhecimento desses protocolos para as equipes de assistência estudantil, 97,20% expressaram que é fundamental no serviço e promove maior qualificação do atendimento ao estudante.

Quanto às situações de crise a que os participantes se sentem capazes de atender no contexto da universidade em que atuam, destacamos os seguintes achados: 63,3% dos profissionais do Serviço Social apresentam uma percepção de maior aptidão para lidar com assédio moral, ao passo que 45,2% dos profissionais da Pedagogia se percebem aptos para atender a situações de crise. Profissionais da Psicologia (78,6%) expressam se sentir capazes de atender a situações de adaptação cultural, assim como 53,1% dos profissionais do Serviço Social. Apenas 27,2% dos participantes da área da Pedagogia manifestam capacidade para atendimento de casos de morte/luto, enquanto 82,6% dos participantes da área de Psicologia indicam serem capacitados. Entende-se que, pela formação acadêmica dos profissionais e pela especificidade do atendimento às demandas dos estudantes, esse percentual é coerente com a realidade encontrada nos serviços de assistência estudantil.

Com relação à definição de procedimentos pertinentes a situações de crise mais amplas – como suicídio ou desaparecimento de estudante –, em questão de múltipla escolha, 61,4% dos participantes afirmaram ser responsabilidade de uma equipe multiprofissional, enquanto 54,9% afirmaram ser da chefia imediata e/ou pró-reitoria, e 41,9% pontuaram ser necessária uma reunião em equipe. Em outra questão de múltipla escolha sobre procedimentos após a situação de crise ser controlada, 56,7% dos profissionais realizam atividades em equipe como registro por escrito, 40% reunião de avaliação, e 28% elaboração de novos procedimentos.

Quando questionadas quais são as situações de crise que fazem necessária a aquisição de mais informações e capacitações, a maioria das regiões indicou surto psicótico como principal. As regiões Centro-Oeste (72,7%), Nordeste (68,8%), e Sul (68,7%) representam uma parcela expressiva dos participantes que indicaram tentativa de suicídio como fundamental, e as regiões Norte (64,5%) e Sudeste (52,8%) indicaram morte e luto como situações de crise que também exigem maior capacitação.

A respeito das questões de capacitação dos profissionais, 32,5% dos participantes afirmaram ter realizado capacitação na área de assistência estudantil, porém, ao serem analisados os cursos, poucos são específicos da área. A maioria tem temas citados são transversais (como políticas públicas, saúde mental, educação e outros). Não existem programas de capacitação governamentais; apenas atualmente começam a surgir algumas iniciativas de cursos específicos da área. Quanto a isso, a região Sul apresenta 41,7% de respondentes que realizaram capacitação na área, enquanto o Centro-Oeste apresenta 22,7%. Os cursos de capacitação realizados pelos profissionais são, em maior quantidade, de média duração (20-180 h, 17,2%); posteriormente, estão os cursos de curta duração (até 20 h, 15,3%); e, por fim, de longa duração (mais de 180 h, 9,8%). Além disso, 20% dos profissionais atestaram possuir conhecimento sobre assistência estudantil no momento que ingressaram no serviço, e 16,3% mencionaram ter recebido uma qualificação nesse mesmo período.

Dessa forma, os resultados apontam para a confirmação de que é necessária uma padronização no manejo das situações de crise, reforçada pelos participantes quando ressaltam a importância do conhecimento de protocolos nessa área. Além disso, esses resultados destacam a necessidade de receber maiores informações ou capacitação a respeito de várias situações específicas que podem vir a ocorrer dentro das universidades.

Ao verificar os questionamentos sobre as situações de crise às quais os respondentes consideram ser capazes de atender e aquelas para as quais eles acreditam necessitar de maior conhecimento e capacitação, percebe-se que existem algumas inconsistências entre os resultados – por exemplo, nas questões relativas à violência urbana, em que 20% se consideram aptos a atender, mas apenas 49,8% mencionam necessidade de capacitação. Em matéria de relevância, considerando que a questão era de escolha múltipla, algumas situações não foram selecionadas por 100% dos profissionais, nem em relação à capacidade de atender nem na importância de receber capacitação; ou seja, por mais que nem todos os respondentes tenham apontado que se sentem capazes de atender a determinados casos, eles também não pontuaram a necessidade de capacitação para essa mesma situação. Como exemplos disso estão: o abuso de substâncias, tendo somado 96,3% dos respondentes nas duas questões; o desaparecimento de estudante, com a soma de 86%; a violência urbana/terrorismo, tendo soma de 69,8%; e o acidente envolvendo feridos na universidade, que somou 64,2% respostas.

Tabela 2 - Capacidade para atendimento e necessidade de capacitação em situações de crise

Situações de crise	Sentem-se capazes de atender	Necessitam capacitação
	%	%
Adaptação cultural	66	48,8
Assédio moral	65,1	57,7
Violência doméstica	58,1	47
Morte/luto	52,1	61,9
Assédio sexual	48	62,8
Tentativa de suicídio	42,8	69,3
Surto psicótico	38,7	68
Abuso de substância	31,6	64,7
Desaparecimento de estudante	20,9	65,1
Violência urbana/terrorismo	20	49,8
Acidente envolvendo feridos na universidade	14,4	49,8

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto à capacidade de atendimento das demandas da assistência estudantil, 59,3% dos participantes se consideraram aptos. Ao dividir as respostas de acordo com as profissões, tem-se a seguinte distribuição de aptidão: indivíduos com formação em Psicologia (73%), em Serviço social (66,3%) e em Pedagogia (56,8%). Os participantes também foram questionados a respeito de seu interesse referente à realização de uma capacitação em situações de crise na assistência estudantil, e 94,9% responderam que possuem interesse. Os 5,1% restantes afirmaram que talvez realizariam a capacitação.

De acordo com o nosso modelo de regressão logística, os resultados apontam que ter recebido cursos de capacitação referentes à assistência estudantil quase dobrou a chance (OR = 1.989) de se declarar apto para o trabalho. Outras variáveis – como tempo de atendimento no serviço, diferentes níveis de pós-graduação (especialização, mestrado e/ou doutorado), espaço físico disponível para os atendimentos e qualificação realizada ao ingressar no serviço – não influenciaram significativamente o modelo.

Tabela 3 - Análise de regressão logística dos preditores de aptidão para atendimento estudantil

Variável preditora	Wald	p	OR	95% I.C.
Constante	1.361	0.243	0.61	
Tempo serviço	0.338	0.56	1.124	0.758 – 1.666
Espaço físico	1.163	0.28	1.378	0.769 – 2.468
Pós-graduação	3.085	0.07	1.476	0.956 – 2.278
Qualificação	1.814	0.17	1.830	0.759 – 4.407
Capacitação	4.145	0.04*	1.989	1.026 – 3.855

* = p < 0.05

Fonte: Elaborada pelos autores.

Diante da realidade encontrada em relação ao atendimento à saúde mental dos estudantes universitários e às suas demandas cada vez mais emergentes, torna-se fundamental a capacitação das equipes que atuam na assistência estudantil nessa área específica.

4 Conclusões

As equipes multiprofissionais que atuam na assistência estudantil participantes da pesquisa possuem uma estrutura realmente distinta nas profissões abarcadas, com relação ao número de profissionais e às atividades desenvolvidas, conforme as referências pesquisadas. A escolha de assistentes sociais, psicólogos(as) e pedagogos(as) foi realizada porque havia um entendimento de que esses profissionais estavam presentes em todas as equipes e que atendiam a estudantes em situação de crise; porém, a realidade é que somente os assistentes sociais estão presentes em todas as equipes (dado seu caráter de controle de acesso aos benefícios por meio do perfil socioeconômico que é de sua responsabilidade). Os demais profissionais, muitas vezes, estão alocados em outros setores da universidade.

Outra questão fundamental trazida pelos participantes, que chamou a atenção dos pesquisadores, foi o número de contatos realizado durante a aplicação do questionário, por servidores que queriam demonstrar seu contentamento em ter um espaço para registrar suas experiências, assim como a importância de refletir sobre suas atividades a partir da pesquisa.

Dessa forma, havia profissionais de outras áreas e dos institutos federais que também gostariam de participar da pesquisa, o que não foi possível devido aos critérios de inclusão da amostra. Percebeu-se uma necessidade de troca de experiências e de escuta das possibilidades e dificuldades de trabalho das equipes nas universidades, em um espaço que não existe institucionalmente, mas que vem sendo criado por iniciativa dos profissionais em grupos de estudo virtuais.

A necessidade de capacitação dos servidores ficou evidente nas respostas sobre o interesse pela capacitação, corroborado pelos dados encontrados de que servidores com capacitação se consideram quase duas vezes mais aptos para o desempenho das atividades relativas às situações de crise. Esses achados referendaram o planejamento da próxima etapa da pesquisa, que será um curso de capacitação via digital para os servidores na área de assistência estudantil e situações de crise. Os temas desenvolvidos no curso irão partir do levantamento da necessidade de capacitação encontrada na pesquisa. Pretendemos, assim, registrar com mais exatidão o papel da capacitação no desenvolvimento das aptidões para o atendimento das demandas dos estudantes das universidades federais do Brasil.

Como limitação da pesquisa, pode-se apontar que as questões relativas à pandemia, principalmente de sobrecarga de trabalho virtual e dificuldade de entrar em contato com as universidades, visto que todas estavam em trabalho remoto, dificultaram a participação de mais profissionais na pesquisa. Os pesquisadores não sabem dimensionar a porcentagem de profissionais que participaram, pois não há registro de pesquisas nacionais de perfil dos profissionais anteriores. A exclusão dos profissionais dos institutos federais também foi muito questionada ao longo da pesquisa, mas esse critério foi colocado em função de essas instituições atenderem a outras demandas de estudantes, principalmente adolescentes, já que possuem Ensino Médio. Para a participação desses profissionais, seria necessário um questionário condizente com as demandas diferenciadas desse público.

Espera-se que este artigo contribua à compreensão da complexidade do trabalho das equipes de assistência estudantil e à reflexão da gestão pública, para aprimorar suas políticas de qualificação profissional e gestão de pessoas nessa área que tem se tornado cada vez mais essencial para os estudantes universitários.

Referências

AMERICAN COLLEGE HEALTH ASSOCIATION. **American college health association national college health assessment II: Reference group executive summary** spring. 2018.

Disponível em: <https://www.acha.org/documents/ncha/NCHAI SPRING 2019 US REFERENCE GROUP EXECUTIVE SUMMARY.pdf>. Acesso em: 3 maio 2022.

BISINOTO, Cynthia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy. Psicologia Escolar na Educação Superior: panorama da atuação no Brasil. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 33-46, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2022.

BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepunoceno. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 543-550, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/FY4SFtWPcDrkKbxCyJwQkKL/>. Acesso em: 03 maio 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 3 maio 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 3 maio 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.

COSTA, Lorena Silva. Atenção à saúde de escolares: Reflexões sobre intersectorialidade, assistência estudantil e psicologia escolar. In: NEGREIROS, Fauston; SOUZA, Marilene Proença Rebello (org.). **Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior**. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 180-199.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos. Trabalho interdisciplinar e equipe multiprofissional em um serviço de apoio aos estudantes do ensino superior. **Revista de Ciência da Educação**, Americana, n. 47, p. 215-240, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/62046/906-Texto%20do%20artigo-2643-1-10-20210331%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 maio 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/VPesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 3 maio 2022.

GOMES, Carlos Fabiano Muner *et al.* Common mental disorders in university students: Epidemiological approach about vulnerabilities. **SMAD: Revista Eletrônica Saúde Mental**

Álcool Drogas, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/issue/view/11415>. Acesso em: 03 maio 2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2022.

LEÃO, Andrea Mendes *et al.* Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 42, n. 4, p. 55- 65, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/kyYq35bwkZKHpKRTjyqjMYz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2022.

LI, Tingting *et al.* Sofrimento psicológico e fatores de risco associados em universitários. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 414-418, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/i/2020.v66n4/>. Acesso em: 03 maio 2022.

PENHA, Joaquim Rangel Lúcio; OLIVEIRA, Cleide Correia; MENDES, Ana Virgínia Silva. Saúde mental do estudante universitário: revisão integrativa. **Journal Health NPEPS**, Tangará da Serra – MT, v. 5, n. 1, p. 369-395, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3549>. Acesso em: 03 maio 2022.

PINTO, Joana Carneiro *et al.* Identificação de necessidades de intervenção psicológica: Um estudo-piloto no ensino superior português. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 459-472, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/133128>. Acesso em: 03 maio 2022.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o programa nacional de assistência estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 23, n. 2, p. 405-423, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8rJtwcBryJG67DhKZ7grXFw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2022.

ROBERTS, Albert R.; OTTENS, Allen J. The seven-stage crisis intervention model: A road map to goal attainment, problem solving, and crisis resolution. **Brief Treatment and Crisis Intervention**, Oxford, v. 5, n. 4, p. 329-339, 2005. Disponível em: <http://mr.crossref.org/iPage?doi=10.1093%2Fbrief-treatment%2Fmhi030>. Acesso em: 03 maio 2022.

SILVEIRA, Miriam Oliveira da. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.